

Financeirização e Oligopolização no Ensino Superior Privado-Mercantil Brasileiro: a sestra e a destra numulárias no âmago da educação

João Paulo Costa Lima

Waldir Ferreira de Abreu

Helder Nazaré Ferreira Poça

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Patricia Carla Costa Silva

Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM/ESTÁCIO), Belém/PA – Brasil

Afonso Pinheiro Ferreira

Instituto Sentinelas Sócio-Ecoambientais da Amazônia (ISSEAMAZON), Ananindeua/PA – Brasil

Resumo

O artigo analisa o segmento de ensino superior brasileiro, especialmente suas variantes, privada e privada-mercantil, e o processo de financiamento destas pelo Fundo Público, do ano 2001 até 2016. Foi analisado o processo de Financeirização, ocorrido de 2007 em diante, pela reorganização administrativa de grandes grupos privados do ensino superior, em instituições rentistas do mercado de capitais, e praticantes da Oligopolização, por meio de fusões e aquisições interinstitucionais. Metodologicamente, o artigo utilizou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); dos Relatórios de Gestão do Ministério da Educação (MEC); e dos Demonstrativos de Gastos Tributários Anuais da União (DGT), tendo adotado um viés quanti-qualitativo. Foi analisado, ainda, o arcabouço normativo-legal, criado no País desde a década de 1990, que passou a gerar suporte aos negócios do setor privado do ensino superior, reordenando as relações deste com a União. Os dados atestaram que as ações públicas, somadas às ações do referido setor, produziram, no período analisado, extraordinária expansão e robustez física e de capital às firmas dessa área. Fato que entibiu o ensino superior público, e reduziu seus investimentos.

Palavras-chave: **Ensino Superior. Privada-Mercantil. Fundo Público. Financeirização. Oligopolização.**

Financing and Oligopolist Process in Brazilian Private-Mercantile Higher Education: capitalist left and right hands in the core of education

Abstract

The article analyzes the Brazilian higher education segment, especially its private and private-mercantile variants and their financing process by the Public Fund, from 2001 to 2016. It was analyzed the Financialization process, which happened from 2007 onwards by means of administrative reorganization of large private higher education groups, in capital market rentier institutions and oligopolist practitioners through interinstitutional mergers and acquisitions. Methodologically, the article used data from the Anísio Teixeira National Institute of Studies and Educational Research (INEP); of Management Reports of the Ministry of Education

(MEC); and the Annual Tax Statements of the Union (DGT), having adopted a quantitative-qualitative bias. It was also analyzed the normative-legal framework created in the country since the 1990s, which began to generate support for the private sector's higher education business, reorganizing its relations with the Union. The data attested that public actions, added to actions by the private sector have produced, in the analyzed period, an extraordinary expansion and physical and capital robustness to its companies. This fact has warped public higher education and reduced its investments.

Keywords: Higher Education. Private-Mercantile. Public Fund. Financialization. Oligopolist Process.

Introdução

O presente artigo orientou a maior parte de suas análises à conjuntura vinculada ao segmento de ensino superior do Brasil, pelas ações Expansionistas e Oligopolistas criadas por sua variante privado-mercantil¹, desde o início da década de 2000, e intensificadas de 2007 em diante pelo processo de Financeirização em Bolsa de Valores. Fatos que alteraram o anterior modelo de ensino que havia no segmento. As ações das firmas educacionais, a partir daí, passaram a ter, como meta principal dos negócios, a obtenção de lucro, oferecendo a seus clientes (alunos) um perfil de ensino de qualidade duvidosa, e totalmente desatrelado da pesquisa e extensão.

Este artigo se mostra como mais um desdobramento do conjunto de pesquisas, que é delineado no País por grandes grupos de pesquisa, tanto ligados à Rede Universitárias/Br, como à Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA), e a outros, pautados na temática: "Financiamento e Expansão do Segmento de Ensino Superior Público-Privado no Brasil". Estas pesquisas criaram forte relação participativa entre tais grupos, seus pesquisadores, professores e alunos (graduandos e pós-graduandos), quanto à análise do financiamento e expansão, das Instituições de Ensino Superior (IES) público-privadas. O artigo se ateve a tais processos no período de 2001 a 2016. Ressalta-se que o Financiamento e a Expansão dos setores de ensino superior, público e privado, sempre foram, direta ou indiretamente, auxiliados pelo Fundo Público.

Considera-se que, no período analisado, as IES privadas do País foram muito mais auxiliadas com recursos, diretos ou indiretos, do Fundo Público, do que as IES públicas. Quanto aos processos de Financeirização e Oligopolização incorporados pelas IES privado-mercantis, estes se relacionam com uma nova articulação político-ideológica criada por firmas² educacionais do País, para auferir ganhos monetários extraordinários, pela incorporação da grande demanda reprimida existente no segmento de ensino superior. As estratégias organizacionais das IES privado-mercantis, a partir dos anos 2000, logo visaram mercadejar o processo educativo em todas as suas partes, algo dissonante ao princípio norteador que percebe a Educação como direito universal.

O artigo adotou um viés quanti-qualitativo, tendo levantado bibliografias de autores relacionados à temática estudada, além da coleta e sistematização de dados provenientes de

¹ Termo criado por Sguissardi (2008) para designar firmas que mercadejam quaisquer produtos ou serviços em quaisquer ramos.

² Conceito baseado no artigo seminal criado por Ronald H. Coase, no ano de 1937, denominado *The Nature of the Firm*.

sites oficiais do governo, como: o do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligados aos Censos da Educação Superior, ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), e ao Índice Geral de Cursos (IGC)); o de Relatórios de Gestão do Ministério da Educação (MEC), relacionados ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e o de Demonstrativos de Gastos Tributários Anuais da União (DGT). Foi utilizada uma série histórica com 15 anos de observações, partindo do ano de 2001 até 2016.

O artigo é constituído por oito partes. A primeira é a introdutória. A segunda versa sobre a crise capitalista dos anos de 1970, e sobre a adoção sistemática da política neoliberal por diversos países. A terceira descreve a experiência neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990, e como suas ações políticas afetaram o setor educacional, principalmente o segmento de ensino superior, por reorientar as políticas públicas educacionais. Na quarta, foram abordadas questões relacionadas à política de financiamento e expansão estatal, que se deu de modo diferente, no setor público e no privado, no período analisado, além dos processos de Financeirização, Oligopolização, Gestão Corporativa, e Empresariamento da Educação criados pela variante privado-mercantil. Na quinta, discute-se a expansão das IES público-privadas e suas matrículas no País, entre 1995 a 2016, nos governos FHC, Lula e Dilma. Na sexta parte, aprofunda-se a questão dos Programas de Acesso ao Ensino Superior, enfocando FIES e PROUNI, para desvelar se houve, no período analisado, trato distinto pela União entre o setor público e o privado, pois é fato que a expansão e o robustecimento físico-financeiro das IES privadas do País foram derivados, em grande parte, do auxílio destes programas estatais. Na sétima parte, analisa-se a questão da qualidade do ensino e dos cursos em IES público-privadas, e suas discrepâncias. Na oitava parte seguiram as conclusões finais ao tema.

Reforma do Estado Nacional na Década de 1990 e Política Neoliberal: novo ensejo às finanças mundiais

Segundo Duménil e Lévy (2003), em meados da década de 1970 eis que surgiu uma grave crise estrutural do capital, a qual passou a afetar as economias das grandes nações capitalistas, e gerou efeitos como: pífios níveis de crescimento econômico; redução drástica da massa de investimentos; e elevados índices inflacionários. Esses efeitos desencadearam um conjunto de eventos nocivos derivados: a) Grande redução do progresso técnico; b) Encolhimento do lucro capitalista; c) Estagnação salarial; d) Demissões em massa; e) Decréscimo nas contratações; e f) Elevação das taxas de desemprego. Tal realidade produziu o período chamado de “os trinta anos perversos” (1980 a 2010), período no qual o conjunto de políticas criado visou reverter a crise surgida, pela implementação de diversas reformas nas relações produtivo-distributivas, socioeconômicas e históricas capitalistas, com diretrizes da política neoliberal, que pretendia reduzir a regulação estatal.

Segundo Lacerda (2002) apud Gonçalves (1994, p. 17), com a crise da década de 1970, o modo de produção capitalista adotou uma nova forma de pensar, fazer e gerenciar suas atividades. Algumas ações foram adotadas, como: a) Incremento do progresso técnico e ruptura do paradigma tecnocientífico; b) Adoção do modelo de acumulação flexível; c) Processo de reestruturação produtiva; e d) Globalização socioeconômica, financeira,

produtiva e comercial. Itens que colocaram o setor financeiro acima do setor produtivo, pulverizando a riqueza social disponível e substituindo as firmas familiares por conglomerados rentistas e oligopolistas internacionais.

Na visão de Antunes (2001) e Faleiros (2000), as ideias neoliberais ganharam força na economia mundial quando foram adotadas pelos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América (EUA), no início dos anos 1980, iniciando ações capazes de superar os efeitos gerados pela referida crise, como: a) Grandes cortes nos investimentos sociais internos; b) Criação de blocos econômicos para a redução de gastos com circulação de produtos e capitais; c) Autorregulação Econômica e Mercadológica, com adoção da Política de Estado Mínimo³. Essas ações objetivavam adensar o capital humano e ampliar a competitividade interfirmas numa escala global, transformando administrações estatais em administrações gerenciais voltadas ao mercado. O neoliberalismo foi implantado nos países centrais na década de 1980, e replicado nos países periféricos nos anos de 1990, após o Consenso de Washington. O intuito era precarizar e privatizar os setores estatais desses países periféricos, para criar novos mercados de exploração aos grandes conglomerados transnacionais.

Segundo Batista (1995, p. 101), o Consenso de Washington foi uma reunião ocorrida em 1989, na cidade de Washington D.C. (capital dos EUA), na qual economistas, funcionários do governo dos EUA, do FMI, do Banco Mundial e do BID estabeleceram diretrizes neoliberais aos governos dos países periféricos, no sentido de continuarem renegociando suas dívidas externas e recebendo novos empréstimos das instituições multilaterais ligadas aos países centrais do capital, como: a) Redução e Fiscalização de gastos públicos (ajuste fiscal), com foco em infraestrutura básica; b) Realização de reformas tributárias e administrativas (desburocratização); c) Redução da máquina pública e da intervenção estatal na economia; d) Abertura comercial e financeira a firmas, produtos e capitais especuladores estrangeiros; e) Desregulamentação trabalhista e legal; f) Intensificação à privatização de estatais; g) Reestruturação do sistema previdenciário.

Conforme Feldfeber (2009), o projeto neoliberal global buscava encontrar, nos países, mercados regionais com grande capacidade de atração de investimentos externos, e grande potencial econômico, vinculados a diversos setores produtivos. O autor considera que foi realizado, pelas grandes potências, um verdadeiro leilão dos locais mais atrativos à recepção de investimentos.

Política Neoliberal no Setor Educacional Brasileiro: ameaças ao ensino público emergem

Segundo Sampaio (2000), a política neoliberal adentrou no setor educacional do país logo após a implementação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), em 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). As medidas políticas

³ Para Gregory (2004), o Estado Mínimo ou Minarquista seria um Modelo de Estado de baixa intervenção econômica e mercadológica, na expectativa de que tal posição faria o mercado e seus agentes se autorregularem, maximizando assim o progresso e a prosperidade do país. Seus defensores apregoam que a maior função estatal seria prover direitos e serviços básicos à população. O Modelo de Estado Mínimo passou a prever: 1) Grande rigor nos gastos públicos; 2) Altos incentivos (fiscais e monetários) ao setor privado; 3) Redução de direitos e garantias trabalhistas; e 4) Aumento das políticas assistencialistas sociais.

direcionadas, a partir daí, à socioeconomia do País primaram pela substituição da lógica estatal pela lógica corporativa, fundamentada nos princípios da competência e eficiência gerencial, que passaram a imprimir diversas alterações nos dispositivos legais e administrativos dos países em desenvolvimento.

Para Behring (2003, p. 198), o PDRAE substituiu a administração estatal pela gerencial, tendo sido considerado um ataque à Constituição de 1988, à Seguridade Social e ao Funcionalismo Público. Uma reforma de orientação político-econômica neoliberal, que transferiu as funções do Estado ao Mercado. O discurso oficial do governo justificou o PDRAE, alegando que a crise de estagflação econômica dos anos de 1980 teria sido causada por um modelo desenvolvimentista equivocado, que ampliou a participação estatal na economia e nos setores produtivos, desviando-o de suas reais funções sociais nos campos da: saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Tal fato gerou altos índices inflacionários, deteriorou os serviços públicos no País e agravou a crise fiscal. A União tinha o PDRAE como meio de obter: estabilização econômica, crescimento sustentado, equidade socioeconômica regional e reordenamento das instituições governamentais.

Segundo Sampaio (2000), logo após a implantação do PDRAE, em 1995, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴ (LDB), em 1996, prevendo em seu Art. 7º que: “O ensino será livre à iniciativa privada, se atendidas as seguintes condições: I - Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - Autorização de funcionamento e avaliação da qualidade pelo Poder Público; III - Capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no Art. 213 da Constituição Federal”. A LDB passou a permitir que as IES privadas do país pudessem ter fins lucrativos, como preconizado no seu Art. 20. Além disso, seus registros jurídicos foram flexibilizados, permitindo a elas assumirem diversos tamanhos e formatos jurídicos, até o formato de Sociedades Anônimas de capital aberto em Bolsa de Valores. Com isso, as IES privado-mercantis começaram a encarar a Educação como mercado de exploração, em que os atores principais passaram a ser os donos ou acionistas, e, os coadjuvantes, os alunos. A qualidade do ensino foi preterida por: Relatórios Financeiros; Valores de Ação; Rentabilidade de Investimentos; Receita Operacional Líquida; Margem de Contribuição; Lucro Líquido e outros. Para Antunes e Alves (2004, p. 338), a política neoliberal alterou o contexto político e socioeconômico do País, até mesmo o rumo do setor educacional, fazendo surgir fenômenos como: a) Proliferação de IES privadas no País; b) Sucateamento do aparato de ensino público; c) Alto controle social e formação de mão de obra aligeirada e barata; e d) Crescimento do volume de recursos públicos para financiar ações privadas, principalmente no segmento de ensino superior.

Para Martins (2009, p. 23) a política governamental de incentivo à expansão dos negócios privados educacionais no País originou-se ainda no período da Ditadura Militar (1964 a 1985), ampliando o quantitativo de matrículas do setor privado nesse período, de 142 mil em 1964, ou 44% do total, para 885 mil em 1980, ou 64% do total. Foi criado um projeto

⁴ Posteriormente à LDB/1996 ainda foram promulgados os decretos: o Decreto nº 2.306/1997 (Revogado pelo Decreto nº 3.860/2001). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/D2306.htm; o Decreto nº. 5.622/2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.html; o Decreto nº. 5.786/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.html; e o Decreto nº. 5.773/2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

desenvolvimentista pautado em interesses externos, desejosos em mercantilizar os setores produtivos estratégicos do País.

Segundo Dourado (2002, p. 235), a política neoliberal se mostrou contrária à manutenção de um perfil de ensino gratuito e qualitativo à população do País, tanto que visou precarizar a oferta e o manutenção dos produtos e serviços estatais à população. Quanto à Educação, a centralidade ideológica era privatizá-la e diversificá-la institucionalmente, para inseri-la no mercado global. E, para adotar a ideologia de mercado e viabilizar as reformas pretendidas, as IES privado-mercantis adotaram medidas como: a) Grande abrangência física e de atividades; 2) Alta racionalidade e flexibilidade com recursos; 3) Criação de sistemas de avaliação da qualidade do ensino⁵; 4) Modelo de gestão gerencial; e 5) Alterações curriculares e pedagógicas. Ações que visavam precarizar o trabalho docente, empobrecer o currículo discente, e auferir alta rentabilidade.

Por tudo que foi exposto, considera-se que a política neoliberal gerou grandes alterações no setor educacional do Brasil, desde a década de 1990, tendo criado uma grande diversidade institucional. O *boom* demográfico dos anos 2000 só acelerou tal processo, tendo intensificado o mercado concorrencial e a expansão das IES privado-mercantis pelo País. Desde esse período os mercados de trabalho passaram a primar por trabalhadores qualificados, fato que fez aumentar a busca por ensino profissional, alavancou os negócios das IES privado-mercantis e gerou a transição do modelo de ensino superior elitista dos anos 1990 para o modelo massificado dos anos 2000.

A Deletéria Face Expansionista, Rentista e Oligopolista do Ensino Superior Privado-Mercantil Brasileiro: o axioma do triunfo do economicismo e do mercado sobre as questões sociais

Segundo Amaral (2006), no início dos anos 2000, alguns grupos privado-mercantis do ensino superior, concentradores e centralizadores de capitais (oligopolistas), desde o final dos anos 1990, criaram a estratégia de financiar seus negócios à custa do Fundo Público, para ampliar seus resultados operacionais (mercadológico-financeiros) e sua planta expansionista. A ideia era atrair, através dos programas de acesso ao ensino superior da União, a alta demanda reprimida do segmento. Tais grupos já haviam tentado essa ação por conta própria, ofertando grande número de vagas a preços baixos, mas o plano não vingou. A saída então foi usar o discurso oficial do governo, prometendo inclusão e melhoria de qualidade de vida aos estratos excluídos do ensino superior.

Complementarmente, Chaves (2010) afirma que desde o início dos anos 2000 alguns grupos privado-mercantis do ensino superior, com grande potencial mercadológico de crescimento e obtenção lucratividade, iniciaram uma série de fusões e aquisições

⁵ O ENADE foi criado pela Lei nº. 10.861/2004, e ficou vinculado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo um processo avaliativo da qualidade do ensino superior. Sua realização sempre esteve sobre a tutela do INEP, autarquia vinculada ao MEC, e segue diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação desde 2004, sendo aplicado anualmente a estudantes de cursos de graduação do País, no primeiro ano do curso (ingressantes) e no último (concluintes). Substituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC) ou Provão, criado pela Lei nº 9.131/1995, tendo vigorado de 1996 a 2003 (BRASIL, 1996; 2004c). Disponível em: <<http://www.furb.br/web/3237/enade-exame-nacional-de-desempenho-dos-estudantes/o-que-e-o-enade>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

interinstitucionais no segmento, concentrando alunos e oferta de vagas. Tal processo se exacerbou a partir de 2007, quando grupos como: Anhanguera Educacional; Kroton Educacional; Estácio de Sá; Sociedade Educacional Brasileira (SEB); e Colégio Oswaldo Cruz (COC), abriram seus capitais ao comércio de ações na Bolsa de Valores (Financeirização)⁶, sendo capitaneados por fundos de investimentos, que vieram a ter o controle de suas administrações, criando grandes firmas educacionais rentistas e oligopolistas.

De acordo com Bittar e Stapani Ruas (2012), o Grupo Educacional Superior Privado Anhanguera foi o primeiro a se inserir no mercado de capitais, tendo virado líder em seu segmento anos depois. Os demais grupos entraram na sequência, captando uma série de fluxos de investimentos, nacionais e internacionais, o que lhes possibilitou alargar suas operações em todo o País (abrindo novas unidades), e até fora deste (celebrando contratos com IES internacionais residentes no Brasil). O ensino superior virou mercadoria para investidores e instituições bancárias do mercado financeiro global, cobiçosos em ampliar seus ganhos, com a valorização das ações desses grupos na Bolsa de Valores. Além disso, um processo avançado de reengenharia foi criado às tecnologias informacionais e às telecomunicações, para eliminar quaisquer empecilhos tecnológicos à propagação do ensino mercantil em todas as regiões do planeta. Os entraves políticos, culturais e alfandegários dos países também foram minimizados pela ação de organismos multilaterais como: Organização das Nações Unidas Para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Quanto ao processo de desnacionalização do segmento de ensino superior no país, Gorgulho (2009, p. 46) afirma que a Universidade Anhembi-Morumbi foi a primeira a ser comprada no País, em 2005, pelo grupo educacional estadunidense *Laureate*. O autor destaca que, só de 2005 a 2009, ocorreram 78 fusões e aquisições interinstitucionais no segmento (Oligopolização). Além disso, as vinte e sete (27) maiores transações registradas nesse período movimentaram a cifra de R\$11 Bilhões. E mais, em 2011, o fundo investidor estadunidense *Advent International* comprou 28% das ações do Grupo Kroton Educacional. Fatos que estariam desnacionalizando o ensino superior do país. Dados de Hoper Consultoria (2007) mostraram ainda, que a expansão do capital internacional sobre a Educação do país, se deu quase sempre, pela compra de ações das firmas educacionais por fundos investidores, geralmente do tipo *Private Equity*⁷, em ações atreladas à prática oligopolista.

De acordo com Chesnais (2001, p. 16), na década de 1990, o volume de operações financeiras extrapolou globalmente, havendo transição maciça de capital do setor produtivo para o especulativo. O capitalismo adotou a partir daí, o chamado Modelo de Acumulação Flexível, que previa medidas como: a) Mercados financeiros globais; b) Grupos de

⁶ Para Marx (2005), seria uma prática adotada por firmas ligadas ao capital financeiro (capital bancário fundido ao industrial), que atuariam num modelo de acumulação, gerador de crises de produção capitalista, por migrarem seu capital investidor da esfera produtiva concorrencial, para o mercado financeiro, multiplicando-o artificialmente, e interrompendo o único modo de produção de riqueza material conhecido, a alienação do trabalho, extraída no processo produtivo capitalista (Mais-Valia).

⁷ *Private Equity* é um fundo comprador de ações de firmas novas, não listadas em Bolsa de Valores, para aprimorar sua gestão, estratégia mercadológica, eficiência produtiva, e lucratividade. Depois revende as ações dessa firma a outras ligadas à Bolsa. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/fundos-de-private-equity-tem-lucro-de-17-com-empresas-fecha>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

investimento transnacionais; c) Gestão corporativa organizacional; d) Controle de estoques, perdas, e resultados operacionais; e) Desregulamentações legais e laborais; f) Terceirização do setor produtivo; e g) Foco no lucro.

Para Chesnais (1996), o capitalismo mundializado contemporâneo reconfigurou as conexões mundiais, criando um eixo global “dominante” em investimentos, e um local “dependente” de investimentos, estando agora os capitais centralizados e concentrados na esfera financeira, tendo sido a esfera produtiva posta em segundo plano, pois os investimentos na primeira seriam mais rentáveis, e livres dos riscos de empreender, podendo se vincular a quaisquer ramos produtivos.

Segundo Chesnais (1996, p. 14 e 15), a ascensão do Mercado Financeiro gerou enormes massas de Capital Fictício, ligadas a pouquíssimos indivíduos, fazendo a riqueza social produzida nas sociedades contemporâneas ficar a este condicionada. Chesnais (2005) considera ainda que, a governança mundial do mercado financeiro, criou uma superestrutura de poder global, na qual conglomerados rentistas oligopolistas negociam em quase todos os mercados e setores produtivos.

Segundo Harvey (1996) e Chesnais (1996), o Capital Fictício⁸, antes concentrado no mercado financeiro, passou a pleitear sua desregulamentação legal, visando estender suas ações aos setores bancário e produtivo, estimulando a entrada maciça de grupos de investimento transnacionais nesses setores. Para Guttmann (2008), o capital fictício seria a remuneração periódica e pré-fixada de cada título, sem que houvesse nenhuma contrapartida em capital produtivo. Para o autor, as maiores fontes de capital fictício seriam: a) Fundos de ações cotados em Bolsa; b) Títulos da dívida pública dos países; e c) Moedas de crédito. Em que só as atuais transferências diretas de riqueza, pagas aos credores do mercado financeiro internacional, pela rentabilidade dos títulos da dívida pública dos países, responderiam a quase 20% do total de gastos públicos de alguns destes.

Segundo Tavares e Maués (2012), o capital financeiro que adentrou no setor educacional do País em 2007 se deu pela compra de ações das firmas educacionais superiores, por grupos de investimento, nacionais e internacionais, que passaram a controlar suas decisões administrativas. Instaurou-se nessas firmas uma Gestão Organizacional Corporativa⁹, voltada ao lucro e à satisfação dos acionistas. O controle das participações societárias ficou a cargo das Holdings¹⁰ Educacionais, seja no pagamento de dividendos¹¹; na

⁸ Seria o capital investido em títulos de crédito (ações), gerador de periódico direito à apropriação de lucro (dividendos ou juros) por seus detentores, e que não cria valor real. Disponível em: <http://resistir.info/crise/capital_ficticio2.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

⁹ Segundo a OCDE (1999, p. 05), seria o perfil de gestão ou governança, no qual as sociedades de negócios teriam seu gerenciamento, feito por um conjunto de relações, entre os Administradores da Firma, os Acionistas, o Conselho Diretor Acionário, e outras partes envolvidas. Tal gestão criaria uma superestrutura empresarial, com objetivos, estratégias, fiscalização, e controle de desempenho, orientada à geração de lucro.

¹⁰ Trata-se de uma empresa que possui a maioria das ações de uma ou mais empresas, sendo chamada de controladora, porque detém o controle da administração e das políticas empresariais destas. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/holding/>>. Acesso em: 08/11/2017.

¹¹ Dividendos são uma parcela do lucro apurado pelas sociedades anônimas, distribuída a seus acionistas depois do fim de cada exercício social. Toda firma listada na Bolsa de Valores deve legalmente destinar o mínimo de 25% de seus rendimentos líquidos (já descontados os tributos e impostos devidos ao Estado) a seus acionistas. O pagamento pode ser trimestral, semestral ou anual. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/dividendos-principais-conceitos/>>. Acesso em: 20/02/2018.

formação dos conselhos diretores representativos, ou nas tomadas de decisão das firmas, visando aumentar o valor de suas ações anualmente. Esse processo passou a ser chamado de Gestão Educacional Corporativa Via Fundos de Investimento, tendo feito a Mercantilização¹² do Ensino Superior se intensificar, e passar a operar na lógica pura de mercado.

Quanto à alta diversidade das IES privadas no país, Algebaile (2007) afirma que esta foi estrategicamente criada pelos protocolos do Banco Mundial (1994, p. 31), reguladores do ensino superior nos países periféricos do capital, incentivadores do modelo de ensino privado, e institucionalmente diversificado, visando diminuir os custos operacionais e ampliar os lucros destas, justamente pelo rebaixo das exigências curriculares, formativas e de acesso. Um ensino rasteiro e barato, para atender aos estratos populares excluídos do processo educativo superior. A autora considera que, em dado momento, o processo de expansão e robustecimento de capital dos grupos privado-mercantis do ensino superior sofreu estaque, pois suas ações oligopolistas criaram uma apropriação de mercado tão grande que teriam restado poucas firmas educacionais pequenas a serem compradas, e muito poucas grandes, legalmente aptas a serem fundidas.

A prática rentista e oligopolista, para se dar satisfatoriamente nos setores produtivos dos países, precisava que amplas relações comerciais fossem estabelecidas entre estes, as quais, segundo Haddad (2008) e Siqueira (2004), foram autorizadas por organismos reguladores do comércio internacional, como a OMC, através da criação de tratados de livre comércio de mercadorias, serviços e pessoas. Para Lima (2002, p. 165), o capital financeiro passou a ver as atividades produtivas e de serviços como mercadorias exploráveis e altamente rentáveis, tendo se aplacado sobre o setor de serviços educacionais, por passar a percebê-lo como um grande filão de lucro.

Complementarmente, Neves (2002) considera que o Empresariamento da Educação (expansão das IES privado-mercantis em todo o País), criado por alguns grupos educacionais, teria sido o pior dos males, pois consolidou um perfil formativo em tais IES, aligeirado e voltado à formação de mão de obra barata, para a mera execução de tarefas, garantidoras do processo de reprodução ampliada de capital, que só priorizaria a eficiência e a alta produtividade.

Vale lembrar que os grupos educacionais privados, sempre receberam auxílios pecuniários da União, seja por meio de programas de acesso ao ensino superior, ou por um conjunto de políticas públicas: federais, estaduais, e municipais, que lhes concederam, ao longo do período analisado, uma ampla liberalização, e a desoneração fiscal de seus negócios. Tais políticas, somadas às ações dos próprios grupos, perverteram a lógica social anteriormente existente no setor educacional, de formar para emancipar, mercadejando-o e alterando seu funcionamento, ainda mais no segmento superior.

¹² Para Bertolin (2007), foi a reorientação do processo de desenvolvimento dos meios e fins do ensino, no âmbito privado e até no estatal, à lógica do mercado, onde a Educação passou a perder seu status de direito universal, e assumindo a condição de serviço pago.

Os Governos de FHC, Lula e Dilma (2001 a 2016) e o Ensino Superior Nacional

Os dados coletados sobre o segmento de ensino superior, vinculados aos três últimos governos do Brasil (FHC, Lula e Dilma), mostraram sempre o seu crescimento, ainda que em fluxos diferenciados e com percentuais bastante díspares entre a esfera pública e esfera privada.

Nos governos de FHC (1995 a 2002), os dados atestaram um declínio de quase 7% no número de IES públicas e um aumento de 110,8%, no número de IES privadas. Já as matrículas cresceram nas IES públicas e privadas, mas o setor privado registrou uma ampliação de 130% contra 55% de ampliação no setor público. Ressalta-se que, ao final de seus mandatos, as IES privadas universitárias do País haviam saltado de 63, em 1995, para 84 em 2002, e as IES não universitárias passaram de 621 para 1.358, uma ampliação de 119%, de modo que ambas somavam 1442 IES. As matrículas em IES públicas cresceram 55,0%, e em IES privadas quase 130% (INEP, 1995 a 2002).

Nos governos de Lula (2003 a 2010), as IES públicas expandiram-se mais, por conta da criação de quatro novas universidades federais, e reformulação de outras 14, além da criação de 74 novas Escolas Técnicas Federais (somadas às 140 que já existiam até 2002) e reestruturação de 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), remodelados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)¹³. Nesse período, as IES privadas tiveram um pequeno recuo, de unidades e matrículas, mas, ainda assim, ambos se ampliaram bem mais do que as públicas, pois cresceram quase 72% no total, contra um crescimento de quase 40% das IES públicas. No referido período, o número de IES universitárias privadas saltou de 84 para 89, e, de IES públicas, de 79 para 97. Quanto às matrículas, estas cresceram 71,5% nas IES privadas, contra os 39,7% das IES públicas (INEP, 2003 a 2010). Lula ainda ampliou os repasses ao FIES e criou o PROUNI, gerando bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50% ou 25%), por meio de renúncias fiscais, a estudantes de IES privadas, com ou sem fins lucrativos, aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (BRASIL, 2005).

Nos governos de Dilma (2011 a 2016), a expansão das IES privadas sofreu um pequeno recuo de 0,6%. Já as IES públicas, cresceram cerca de 4%, tendo sido criadas 11 IES públicas e 116 Escolas Técnicas Federais, entre 2011 e 2013. Nos governos de Dilma, apesar do pequeno recuo do setor privado, este chegou ao final do período representando 87,5% do total de IES do País. No que tange ao número de matrículas, houve ligeiro acerto, entre os valores de crescimento das IES públicas e das privadas. Dados do primeiro governo de Dilma atestaram que as IES não universitárias privadas reduziram de 2.011, inicialmente, para 1.986 ao final. Já as matrículas cresceram cerca de 20% em IES públicas, contra os 25% de crescimento das IES privadas. Além disso, Dilma elevou ainda mais os repasses de recursos a FIES e PROUNI (INEP, 2011 a 2016).

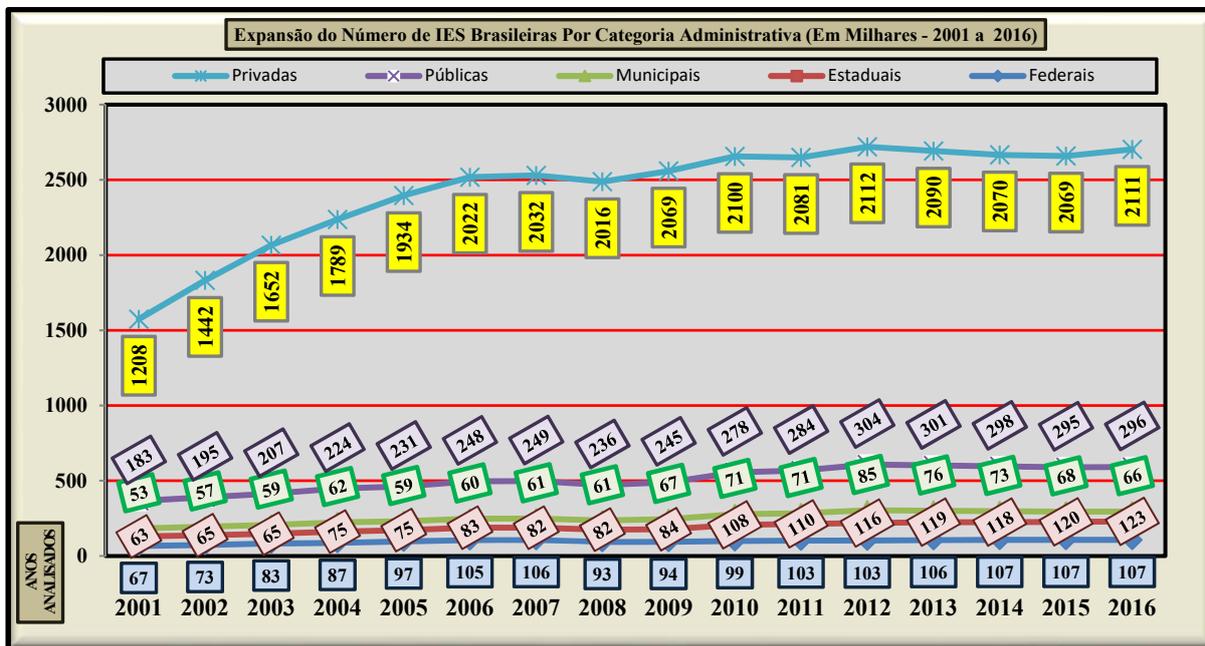
¹³ Concebidos pela Lei nº. 11.892/2008, e suscitados pela remodelagem dos CEFETs, cuja regulação se dá pelo Decreto nº. 2.208/1997, revogado pelo Decreto nº. 5.154/2004, e reajustado novamente pelo Decreto nº. 5.224/2004. Os CEFETs surgiram do reordenamento das antigas Escolas Técnicas Federais (transformadas em autarquias), pela Lei nº. 8.731/1993.

Ressalta-se que o número de matrículas no setor público cresceu de 1.086.000, em 2002, para quase 1.960.000, em 2014, uma expansão de 81%. O setor privado saltou de 2.435.000 de matrículas, em 2002, para quase 5.867.000, em 2014, uma expansão de 141%. O setor privado dominou no número de IES, saltando de 1.208, em 2001, para 2.111, em 2016, apesar de a maior parte destas serem IES não universitárias. Já as IES universitárias cresceram de 54% no setor público, de 1995 a 2014, contra 33% no privado. Durante o período dos três governos, as IES privadas não universitárias cresceram quase 220%, e correspondiam a 82% do total no início do período, tendo chegado a quase 92% no final. As IES públicas cresceram apenas 35% neste (INEP, 1995 a 2016).

Dados de 2016, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), emitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atestaram que, nesse ano, o total de brasileiros com idade entre 18 a 24 anos somava 23 milhões de cidadãos e os graduandos de IES público-privadas somaram 3 milhões (os de IES privadas somaram 82,3% do total ou 2.469.000 alunos e os de IES públicas somaram 17,7% ou 531.000 alunos). A taxa líquida de matriculados em 2016 nessa faixa etária no ensino superior do País foi de 23,8 %, ainda considerada baixa, se comparada aos valores da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 a 2024, criado pela Lei nº. 13.005/2014, que prevê, até o final de 2024, a ampliação da taxa bruta de matrículas na referida faixa etária para 50% (em 2016 chegou a 32,8%), e da taxa líquida para 33%. O MEC destaca que a Meta só se concretizará se ao menos 40% das novas matrículas anuais forem efetivadas em IES públicas.

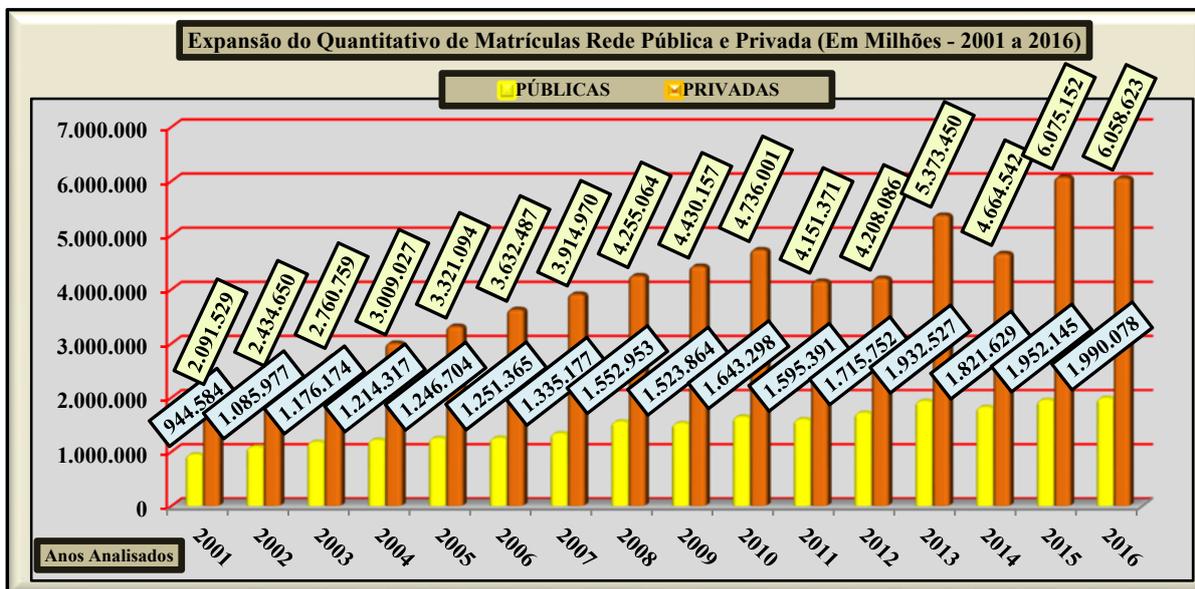
Pelos dados coletados, percebe-se que, nos mandatos dos três governantes, o financiamento estatal, direto ou indireto, do setor privado, por programas como PROUNI e FIES, contribuiu decisivamente para materializar uma realidade confortável ao setor. Reitera-se que os capitalistas sempre pressionaram a União para que esta lhes auxiliasse na expansão de seus negócios, acima do setor público. Os Gráficos 01 e 02 abaixo mostram a evolução do número de IES público-privadas e de matrículas em ambas. A análise englobou a última metade do 2º governo de FHC (2001 a 2002), os dois mandatos de Lula (2003 a 2010) e o período dos dois mandatos de Dilma (2011 a 2016).

Gráfico 01 – Evolução das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas (Brasil - 2001 a 2016)



Fonte: Elaboração dos Autores, baseado nas Sinopses Estatísticas do INEP, dos Censos do Ensino Superior (2001 a 2016).

Gráfico 02 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior (IES) Públicas e Privadas (Brasil - 2001 a 2016)



Fonte: Elaboração dos Autores, baseado nas Sinopses Estatísticas do INEP, dos Censos do Ensino Superior (2001 a 2016).

O Contexto Historiográfico dos Programas de Acesso ao Segmento de Ensino Superior do País

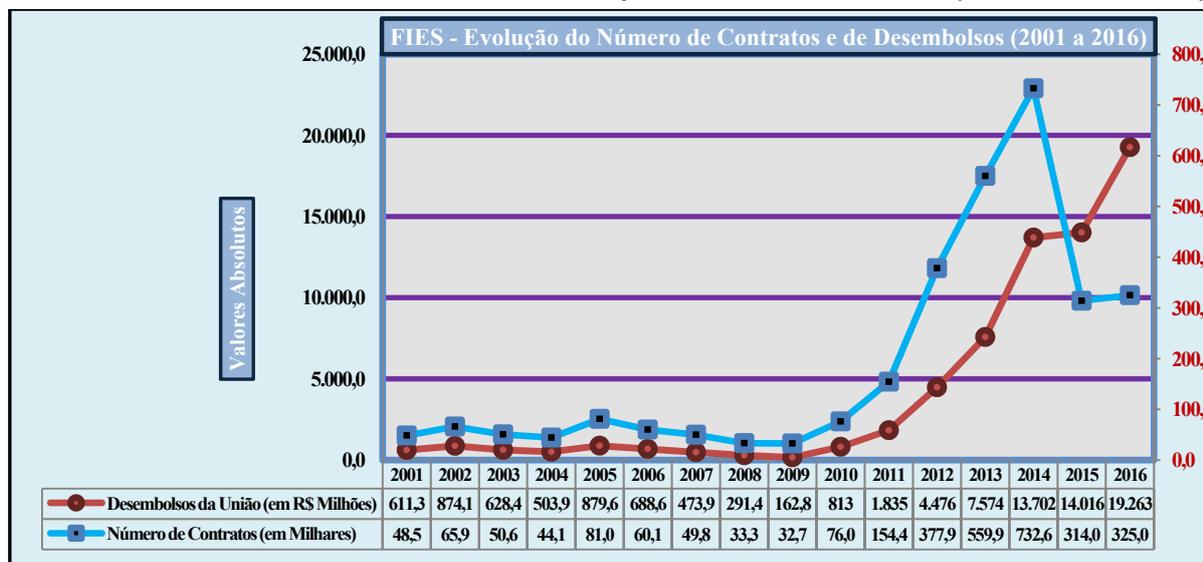
Posteriormente à LDB de 1996, a União passou a delinear vários programas de ampliação do acesso ao ensino superior público e privado. Ao final do segundo mandato de FHC, foi criado o FIES pela Lei nº. 10.260/2001, para gerar financiamentos em cursos de

graduação a alunos de IES privado-mercantis, habilitadas nas resoluções do MEC. O FIES substituiu o Programa de Crédito Educativo (CREDUC - Lei nº. 8.436/1992) (BRASIL, 2001). Em 2004, foi criado o Programa Educa Mais Brasil (por grupos educacionais privados), para conceder até 70% de desconto em mensalidades a cidadãos de baixa renda. Em 2005, foi criado o PROUNI, pela Lei nº. 11.096/2005, para gerar bolsas de estudo parciais (25% e 50%) e integrais (100%), a alunos hipossuficientes de renda, de IES privadas, aprovados no ENEM¹⁴, por mecanismo de renúncia fiscal. Em 2007, a União criou o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), para ampliar o aparato de ensino superior público. Em 2010, o MEC criou o Sistema de Avaliação Unificada (SISU), plataforma na qual as IES público-privadas destinariam um percentual de suas vagas a alunos do ENEM. Em 2012, a Lei nº. 12.688 criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), para trocar de bolsas de estudo, por perdão de dívidas tributárias federais a IES privadas interessadas.

Segundo Mendes (2015), quanto ao FIES particularmente, a União utilizou a estratégia de emissão de títulos da dívida pública (CFT-Série E), com valor unitário a R\$1,00 (hum real), e corrigidos ao mês pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), às mantenedoras de IES privado-mercantis, podendo ser usados para amortizar parcelas de suas contribuições sociais, ou de quaisquer tributos regulados pela Receita Federal do Brasil (RFB), só havendo o pagamento de taxas administrativas aos bancos credenciados (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A). Essa regra do FIES¹⁵ possibilitou à União não arcar monetariamente com as vagas geradas em IES privado-mercantis. O único problema do FIES é que, segundo Barros (2003), poderia novamente ocorrer alta inadimplência, como havia ocorrido em 1987 com o CREDUC, tendo alcançado 83% no total. Para Amaral (2003) e Carvalho (2006), isso ocorreu pelo alto custo das mensalidades praticado pelas IES privado-mercantis às famílias, gerando vagas ociosas e alta inadimplência. O Gráfico 03 abaixo mostra a evolução dos desembolsos da União com o FIES, que incluem recursos previstos pelo Art. 2º (diretos) e pelo Art. 7º (transação com os Títulos da Dívida Pública, emitidos às mantenedoras das IES privado-mercantis, disposta como operação especial, prevista pela Lei nº. 10.260/2001), além da evolução geral do número de contratos de 2001 a 2016.

¹⁴ Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado pelo Ministério da Educação em 1998, inicialmente com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao final da educação básica, assim contribuindo para melhorias neste nível de ensino de acordo com os indicadores obtidos em cada ano de sua aplicação. Disponível em: <<http://www.ig.com.br/tudo-sobre/enem/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

¹⁵ Por este mecanismo, o FIES solicita ao Tesouro Nacional (TN) a emissão de certo número de títulos com valor definido, pagando ao TN por esses títulos com seus recursos orçamentários, gerando um desembolso do FIES que é registrado no orçamento da União. O Art. 7º, §3º preconiza que, ao receber tal recurso, o TN o utiliza apenas para o resgate de outros títulos da dívida pública, ou seja, o TN troca um tipo de títulos da dívida pública (NTN-B, LTN ou LFT) resgatados, por Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) emitidos, não alterando o estoque da dívida pública total. O FIES então entrega os títulos do TN às IES privadas, em valor igual ao pagamento das mensalidades (Art. 9º), vindo a ter crédito junto ao aluno financiado, que deverá pagar o empréstimo no prazo contratado. Todas as amortizações feitas por alunos entram no orçamento anual do FIES como receita do Fundo. As IES podem usar os títulos apenas para abater tributos e contribuições previdenciárias (Art. 10º). Para gerar às IES privadas mais CFTs, em troca do abatimento de dívidas tributárias e previdenciárias, e geração de financiamentos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), operador do FIES, promove recompras trimestrais desses títulos, pagando em dinheiro às IES privadas (Art. 13º).

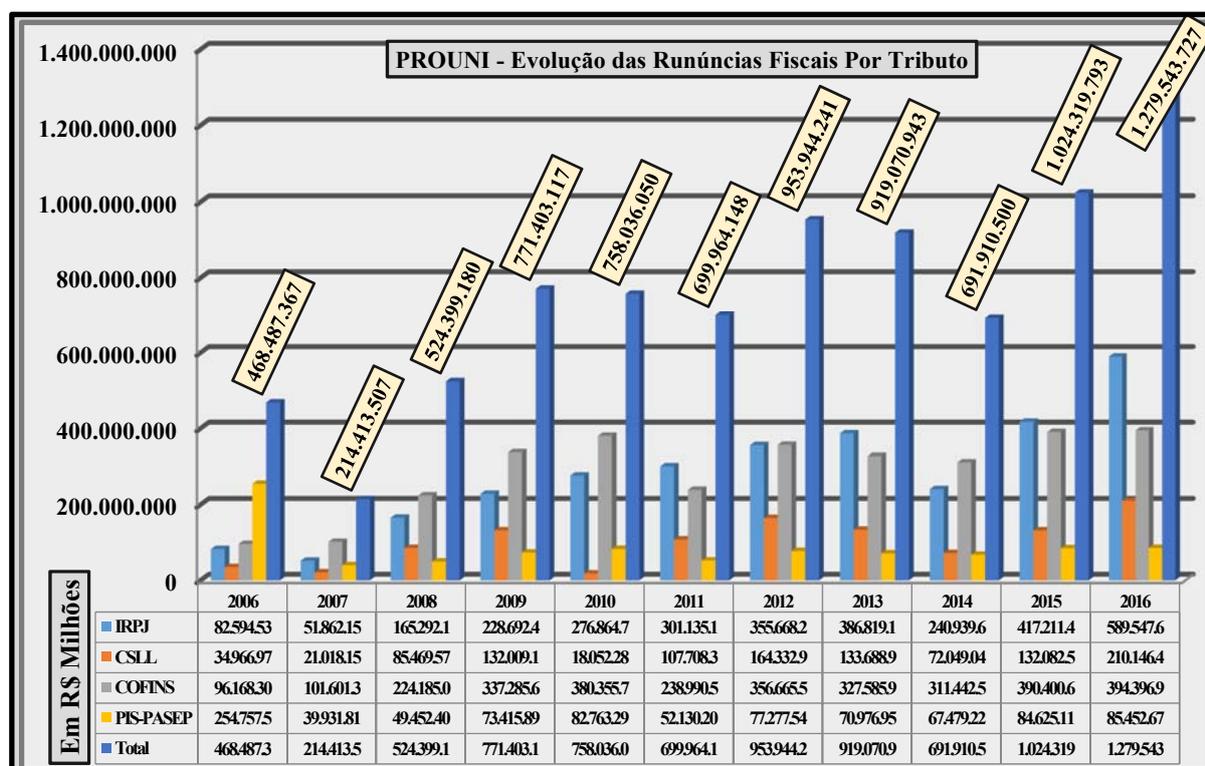
Gráfico 03 – FIES: Quantitativo de Contratos e Dispendios Financeiros Totais (Brasil – 2001 a 2016)

Fonte: Elaboração dos Autores, baseado nos Relatórios de Gestão do MEC/FIES (2001 a 2016).

Quanto ao PROUNI, segundo Carvalho (2006), este foi criado para conceder bolsas de estudos a alunos de IES privadas, com e sem fins lucrativos, por meio de renúncias fiscais, e não previa qualquer ressarcimento posterior, nem das IES envolvidas, nem de seus alunos. As IES privadas que aderiam eram isentas dos seguintes tributos: 1) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); 2) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); 3) Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e 4) Contribuição Para o Programa de Integração Social (PIS-PASEP), no limite de isenção tributária, proporcional ao número real de vagas ocupadas (BRASIL, 2005). O Gráfico 04 abaixo mostra a evolução das isenções tributárias, por tributo, em que o volume anual de isenções chegou a R\$ 1,25 bilhão em 2016 (MF/RFB, 2006 a 2016).

Para complementar, dados do INEP (2017) atestaram que o número de bolsas concedidas por IES privadas no País, em troca de renúncias fiscais, geradas por programas da União, chegou em 2017 a 214.110. Verifica-se que a União poderia renunciar a alguns tipos de tributos, pela vinculação destes com a Educação, mas outros tributos não caberiam, por terem destinações específicas, de modo que seus valores monetários estariam sendo desviados, por não estarem cumprindo seus fins legais, servindo de pagamento indireto à concessão de bolsas em IES privadas.

Gráfico 04 – PROUNI: Isenções Tributárias Por Tributo (Brasil - 2006 a 2016)



Fonte: Elaboração dos Autores, baseado nos Demonstrativos de Gastos Tributários Anuais da União (2006 a 2016). Obs.: Antes de 2006, não havia quaisquer tipos de dados consistentes, sobre gastos do Governo Federal com o PROUNI.

A Qualidade no Ensino e nos Cursos: discrepâncias entre as IES do setor público e privado

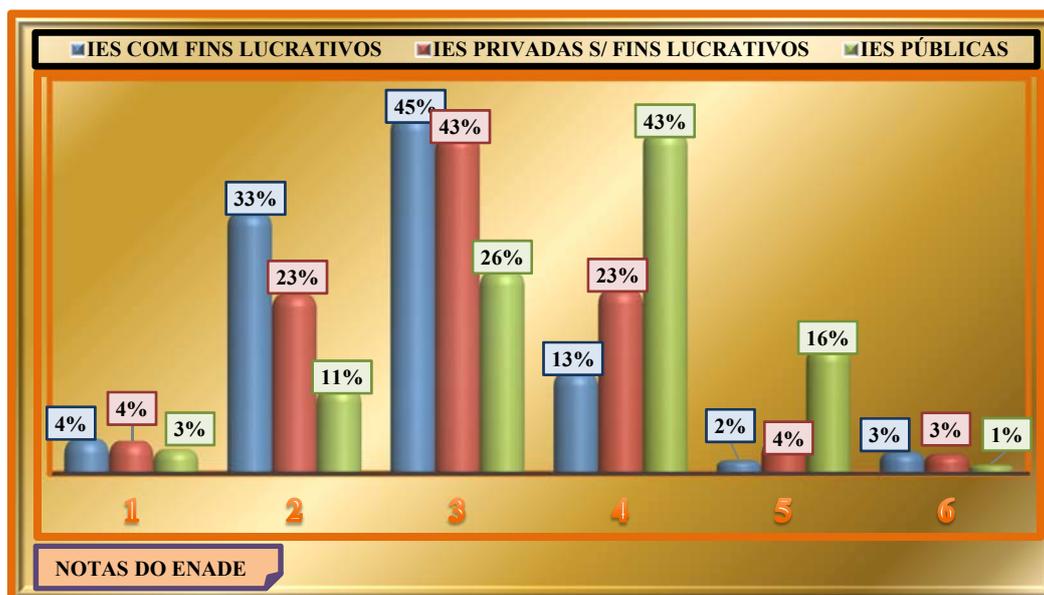
Para mensurar a qualidade do ensino entre IES públicas e privadas (com fins lucrativos e sem fins lucrativos), se utilizou as notas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e do Índice Geral de Cursos (IGC), proferidas pelo INEP, autarquia vinculada ao MEC. O ENADE é um indicador qualitativo que avalia os cursos pelo desempenho de seus alunos. Suas notas variam de 01 a 05, sendo a nota 01 considerada como baixo rendimento, a nota 05 é considerada como alto rendimento, e notas acima de 03 são consideradas como bom rendimento.

Dados do ENADE (2016), e do IGC (2015), que medem, respectivamente, a qualidade do ensino ministrado nas IES, e a qualidade dos cursos ofertados, atestaram significativa diferença entre as notas das IES públicas e privadas, pois as notas aferidas por IES privadas foram mais baixas qualitativamente que as aferidas pelas IES públicas, e as aferidas por IES privado-mercantis foram ainda mais baixas. As notas do ENADE atestaram que as IES públicas obtiveram notas 03 ou maiores, em 85% dos casos, e tiveram o maior percentual de notas 04 (43,31%). Quanto às IES privadas, as que obtiveram notas 03 se dividiram em 45,15% de privado-mercantis, e 42,95% de privadas sem fins lucrativos. No total, as IES privado-mercantis tiveram notas inferiores às privadas.

As notas emitidas por IGC (2015) demonstraram alta correlação às notas do ENADE, em que os cursos de IES públicas igualmente obtiveram percentuais maiores de notas 04 do

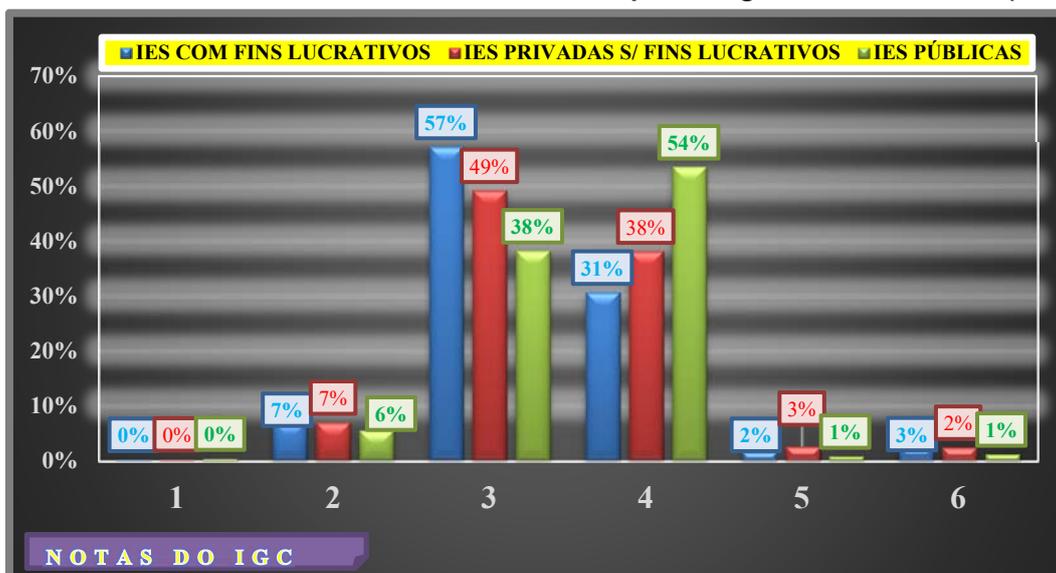
que os cursos de IES privadas, os quais obtiveram mais notas 03. Assim como no ENADE, no IGC as notas de IES sem fins lucrativos foram maiores, entre 04 e 05, do que as obtidas por IES privado-mercantis. As notas do ENADE e IGC atestaram alta qualidade, no ensino das IES públicas, enquanto as IES privado-mercantis foram afetadas por seu padrão de gestão gerencial, que não prioriza o ensino, produz notas baixas, afetando a qualidade de seus cursos e o nível de conhecimento de seus alunos. Na sequência, os Gráficos 05 e 06 mostram as diferenças de notas emitidas por IGC (2015) e por ENADE (2016), conforme cada categoria administrativa específica de IES existente no País.

Gráfico 05 – Notas do ENADE de IES Público-Privadas por Categoria Administrativa (Brasil)



Fonte: Elaboração dos Autores, baseado nas Sinopses Estatísticas de INEP/ENADE (2016).

Gráfico 06 – Notas do IGC de IES Público-Privadas por Categoria Administrativa (Brasil)



Fonte: Elaboração dos Autores, baseado nas Sinopses Estatísticas de INEP/IGC (2015).

Considerações Finais e Aproximações à Realidade Atual do Ensino Superior Nacional

A conversão forçosa mundial contemporânea, dos setores produtivos e de serviços ao mercado, não se deu por letargia das forças populares, mas antes é resultante dos princípios e práticas aplicadas pela política neoliberal, nos países desenvolvidos, desde a década de 1980, e replicadas nos países periféricos do capital, desde a década de 1990. A supremacia do capitalismo mundializado capturou o Estado, e tornou-o Mínimo às questões sociais, mas Máximo nas desregulações legais, que beneficiam o setor financeiro, e a iniciativa privada, que a tudo visam mercadejar, para ampliar seus negócios a outros mercados de atuação, e para alavancar seus lucros. Tanto o projeto de nação socialista como as reformas sociais pretendidas ainda continuam no papel.

Os dados coletados mostraram que a expansão do segmento de ensino superior brasileiro, no período entre 2001 a 2016, esteve fortemente vinculada ao setor privado, e sempre menor no setor público. Os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2011) atestaram, também, que as IES privado-mercantis não relacionam ensino à pesquisa e extensão, pois 81% do total de alunos de pós-graduação, nesse ano de 2011, matriculados na modalidade *stricto sensu* (doutorados e mestrados acadêmicos e profissionais), eram de IES públicas.

Considera-se que a União, ao continuar adotando programas de acesso ao ensino superior, como FIES e PROUNI, promove a expansão direta e indireta do setor privado e consolida uma formação profissional rasteira aos jovens do País. Os recursos desses programas contribuem para ampliar o crescimento de matrículas e de unidades às IES privadas e privado-mercantis. Em 2016, o total de recursos desses programas chegou a R\$16,5 bilhões, ou 15% do empenho total da União com a Função Educação. Os recursos de FIES e PROUNI representam endividamento, direto e indireto da União, e vêm alargando a dívida pública nacional. O dispêndio seria tão grande que, segundo dados do MEC (2018), houve a liberação, só em 2018, de quase R\$ 1,2 bilhão ao FIES, repassado ao FNDE, autarquia ligada ao MEC, operadora do programa, para a recompra dos Certificados do Tesouro Nacional, emitidos às mantenedoras de IES privadas ligadas ao FIES. O FNDE paga-lhes os encargos anuais, derivados das operações de financiamento que faz com as IES quando lhes repassa Títulos da Dívida Pública, chamados de Certificados Financeiros do Tesouro - Série E (CFT-E), para abaterem apenas tributos e contribuições previdenciárias, gerando bolsas no mesmo valor a alunos de IES privadas do País vinculados ao FIES. Contudo, se os gastos do governo com tais programas continuarem a crescer anualmente, as metas do PNE (2014 a 2024) ao ensino superior do País, poderão acabar não se dando.

Ressalta-se que o capital financeiro só trouxe crises econômicas, esbórnica e anomia às sociedades capitalistas. Aumentou as incertezas e o pessimismo popular, asfixiando o ímpeto empreendedor. As pontas desafiadas desse processo estão perdidas, e só poderão ser achadas e emendadas com a luta das classes populares. Considera-se ainda que a face atual do segmento de ensino superior é mundializada, rentista, oligopolista, está em constante expansão e insere-se no novo projeto global capitalista. A prova cabal dessa assertiva se verifica na ampliação da esfera privada educacional superior do País, dentro do período analisado (2001 a 2016), o qual cresceu em número de matrículas, cerca de 190%, contra

apenas 111% alcançados pela esfera pública, como ilustrado pelo Gráfico 02 acima. Ressalta-se ainda que, quanto ao número de IES espalhadas pelo País, a esfera privada de ensino superior teve um crescimento aproximado, no referido período (2001 a 2016), de 74,75%, contra os 61,75% registrados pela esfera pública, como mostrado no Gráfico 01. Atualmente sabe-se que os lucros auferidos pelo setor privado vêm se igualando aos de grandes corporações internacionais, o que passou a comprometer o futuro do ensino superior público no Brasil.

Conclui-se que o liberalismo econômico de mercado sempre foi o mal maior, e sua meta principal sempre foi precarizar e mercadejar tudo aquilo que restou do modelo de Estado do Bem-Estar Social. A política nacional continua preterindo os direitos e garantias sociais, e preferindo os negócios capitalistas e o livre mercado. Sabe-se que o capitalismo sempre se apropriará de todo excedente econômico, e depois o reinvestirá em novas produções, ou não, talvez o entesoure, mas certamente grande parcela desse excedente tornar-se-á consumo de luxo dos capitalistas. O problema é que a faixa de lucros e de acumulação de capital está beirando níveis extraordinários e alarmantes. Assim, novas crises do capitalismo certamente ocorrerão, pois as contradições próprias do modelo, previstas por Marx, logo degenerarão o trabalho produtivo, o único processo puro de geração da riqueza.

Referências

ALGEBAIL, Maria Emília Bertino. Expansão da Educação Superior: traços de uma inclusão seletiva no cenário educacional brasileiro. In: VIEITEZ, Candido Giraldez; BARONE, Rosa Elisa Mirra (Org.). **Educação e Políticas Públicas**: tópicos para debate. Araraquara: Junqueira & Martins, 2007.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Limites à expansão do setor privado no Brasil**: subsídios para análise do Censo de Educação Superior 2004. Brasília: INEP, 2006, 53 p.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior**: Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1994. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

BARROS, Helena Hellen D. de. Financiamento Estudantil. Câmara dos Deputados - Consultoria Legislativa: Brasília-DF, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/313903.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira et al. **Em Defesa do Interesse Nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BERTOLIN, Júlio César G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização**: período 1994-2003. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 281 p.

BITTAR, Mariluce; STAPANI RUAS, Claudia Mara. Expansão da educação superior no Brasil e a formação dos oligopólios: hegemonia do privado mercantil. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 29, p. 115-133, 2012.

BRASIL. Lei nº. 8.436, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8436.htm>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº. 9.131, de 24 de novembro de 1995. Institui o Exame Nacional de Cursos – ENC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9131.htm>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. Lei nº. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil/Leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 04 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 5.224, de 01 de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato_2004-2006/2004/decreto/d5224.htm>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2004c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/10861.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), regula a atuação das entidades de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Criou o Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 08 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamentou o Art. 80 da Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 08 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). MEC libera R\$ 1,2 bilhão para que FNDE recompre Títulos. Brasília, 02 jul. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/213-1762821894/65901-mec-libera-r-1-2-bilhao-para-que-fnde-recompre-titulos>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda (MF). Receita Federal do Brasil (RFB). Demonstrativos de Gastos Tributários (DGT). Planilhas Eletrônicas [2001 a 2016]. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativos-dos-gastos-tributarios-dgt>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal De Nível Superior. GEOCAPES - Dados Estatísticos 1998/2011. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/componente/content/article/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6886-geocapes>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro: Revista de Estudos Sociais**, n. 5, 2001.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COASE Ronald H. The Nature of the Firm. **Econômica: New Series**, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937.

DOURADO, Luiz Fernando. A Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Superação da Crise; Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. In: CHESNAIS, François et al. (Org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Editora Xamã, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FELDFEBER, Myriam. Internacionalização da educação, tratados de livre comércio e políticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. Transformações globais, empresas transnacionais e competitividade internacional do Brasil. **Instituto de Economia Industrial**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 320, set. 1994. (Texto para discussão).

GORGULHO, V. Fusões no Setor Privado de Ensino Superior. **Revista do Ensino Superior**, n. 128, p. 46-48, maio 2009.

GREGORY, Anthony. *The Minarchist's Dilemma*. **Strike The Root Journal**, May 10, 2004.

GUTTMANN, Ronald. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 82, p. 11-33, nov. 2008.

HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

HOPER EDUCACIONAL, Consultoria. **Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado do Brasil - 2007**. São Paulo, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2016. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/95090ddfb63a3412f04fedafd6d65469.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206>. Acesso em: 12 nov. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do Índice Geral de Cursos (IGC) 2015**. Planilha Eletrônica. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->>. Acesso em: 08 abr. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior: 1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016**. Planilhas Eletrônicas. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) 2016**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/conceito-enade>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

LACERDA, Antônio Correa de. Globalização e o Brasil: riscos, oportunidades e desafios. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 35-54, 2002.

LIMA, Katia. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **O Empresariamento da Educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v. II. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENDES, Marcos. José. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. **Boletim Legislativo do Senado Federal**, Brasília, n. 26, abr. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletinslegislativos/bol26>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O Empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Principles of Corporate Governance**. Paris: OCDE, 1999.

SAMPAIO, Helena. **O Ensino Superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dez. 2008.

SIQUEIRA, Ângela. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, maio/ago. 2004.

João Paulo Costa Lima é doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Desenvolvimento Econômico Regional (2014) pelo Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA. É ainda Especializado em Gestão, Consultoria, Auditoria, Perícia e Fiscalização Ambiental, pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - IESAM (2014), e Especialista em Economia do Desenvolvimento Regional (2009), pelo Programa de Pós-graduação em Economia, pertencente à UFPA.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6966-8939>

E-mail: paulogarcia77@gmail.com

Waldir Ferreira de Abreu é Pós-Doutor em Ciências da Educação - Espanha (2013), Doutor em Ciências Humanas e Educação pela PUC-Rio (2010), Mestre em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará (2002), fez Especialização em Educação Especial (1998) e Especialização em Serviço Social na Gestão das Políticas Sociais (1999) pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é Professor adjunto IV da Universidade Federal do Pará, Professor de Didática e Filosofia da Educação/UFPA, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância e Filosofia - GEPEIF/UFPA/CNPq.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0245-9072>

E-mail: awaldir@ufpa.br

Helder Nazaré Ferreira Poça é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará, é Especialista e Mestre em Economia Regional pela mesma instituição. Atua

profissionalmente na Matriz do Banco da Amazônia S/A como analista de investimentos sênior.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1205-5298>

E-mail: helderpoca@hotmail.com

Patricia Carla Costa Silva possui graduação em Administração com Ênfase em Gestão Ambiental, pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (2011); Especialização em Gestão, Consultoria, Auditoria, Perícia e Fiscalização Ambiental, também pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (2014). Possui experiência nas seguintes áreas da Administração de Empresas: Gestão e Liderança, Empreendedorismo, Planejamento Estratégico, Gestão Ambiental, Consultoria e Auditoria Ambiental, Técnicas da Metodologia da Produção Mais Limpa.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6966-8939>

E-mail: patriciaccsilva77@gmail.com

Afonso Pinheiro Ferreira é pós-graduado em MBA Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas (2017-2019); Pós-graduando em MBA em Perícia e Auditoria Econômico-financeira pelo Instituto de Pós-Graduação-IPOG (2016-2018). Graduiu-se Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará-UFPA (2016). cursou Administração Gestão Ambiental pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia-IESAM (2003-2006). É captador de recursos e projetista social e econômico no ISSEAMAZON Brasil e colaborador no escritório de consultoria e elaboração de projetos na empresa PROJEM (Projetos Técnicos e Empreendimentos Ltda.) desde 2014.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4618-981X>

E-mail: isseamazon@gmail.com

Recebido em 30 de abril de 2018

Aprovado em 15 de fevereiro de 2019

Editores do volume 9

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil
 Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil
 Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil
 Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Fernanda Saforcada Universidade de Buenos Aires, Argentina	Nalú Farenzena Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Jacques Velloso Universidade de Brasília, Brasil	Nelson Cardoso do Amaral Universidade Federal de Goiás, Brasil
João Monlevade Senado Federal, Brasil	Nicholas Davies Universidade Federal Fluminense, Brasil
Jorge Abrahão de Castro Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	Rosana Evangelista Cruz Universidade Federal do Piauí, Brasil
Juca Gil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Rosana Gemaque Universidade Federal do Pará, Brasil
Lisete Regina Gomes Arelaro Universidade de São Paulo, Brasil	Robert E. Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luis Carlos Sales Universidade Federal do Piauí, Brasil	Romualdo Portela de Oliveira Universidade de São Paulo, Brasil
Luiz de Sousa Junior Universidade Federal da Paraíba, Brasil	Theresa Adrião Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Luiz Fernandes Dourado Universidade Federal de Goiás, Brasil	Tristan McCowan University of London, Reino Unido
Magna França Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	Vera Jacob Universidade Federal do Pará, Brasil
Maria Beatriz Luce Universidade Federal do Pampa, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	Vera Peroni Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcos Edgar Bassi Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil	Vitor Henrique Paro Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Apoio ao Comitê Editorial: Patrícia Balthazar Garcia
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira
 Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre/RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>